

BRQ Soluções em Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BRQ Soluções em Informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia" também denominada como "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sua sede e foro na Av. Copacabana, nº 238, conj. 2.003, Empresarial 18 do Forte, na cidade de Barueri - SP, com filiais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Recife, e Nova York.

Embora a Companhia seja de capital aberto, não há título público emitido e negociado em mercado aberto.

A Companhia tem como principais atividades:

i) Desenvolvimento de aplicações e integrações

Prestação de serviços na área de informática;

Elaboração de programas de computador;

Análise e desenvolvimento de sistemas;

Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados;

Assessoria e consultoria em informática;

Venda de software;

Atividades relacionadas à segurança em informática; e

Treinamento.

A Companhia pode atuar no país ou no exterior, diretamente, através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é assim resumida:

Razão social	% de participação	
	2018	2017
BRQ IT Services, Inc. (i)	100%	100%
Thinkinternational LLC (Investimento indireto)	80%	80%

(i) BRQ IT Services, Inc. - em abril de 2008, a Companhia constituiu a BRQ IT Services Inc., localizada nos Estados Unidos, pelo montante de US\$150 (vide Nota nº11).

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2019.

b) Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Base de preparação e apresentação--Continuação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócio. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, planos de investimento de capital e planos estratégicos da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, e, quando necessário, os julgamentos e estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente no curso ordinário dos seus negócios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 4 (h ii).

Financiamentos por arrendamento mercantil

O julgamento realizado pela Administração referente a determinação do enquadramento dos contratos de arrendamento mercantil está descrito na nota explicativa nº 4 (q).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Vida útil dos bens do imobilizado

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor prazo entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada Think International.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio--Continuação

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 3 anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A Companhia não aplicou taxa de crescimento para extrapolar as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2018. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa de desconto de 6,33% a.a..

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas: Foi considerada a projeção de crescimento da Companhia para o período de 2019 a 2021 com base no crescimento na oferta de serviços em novos clientes.
- Custo do serviço prestado / Despesas gerais e administrativas: Foram projetados com base no desempenho histórico.
- Investimentos de capital – Foram estimados considerando a atual infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, baseada no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Provisão para contingências

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Pagamento baseado em ações

O critério referente a determinação da estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações está descrito na nota explicativa nº 4 (n).

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais estão incluídas na Nota nº 25.

4. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

b) Classificação circulante *versus* não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

O Grupo reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

d) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Ativos intangíveis--Continuação

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

g) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumento de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, depósitos vinculados e outros ativos circulantes.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

O Grupo avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de patrimônio)--Continuação

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

O Grupo classifica como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o investimento de 8,16% na XACT Tecnologia, adquirida pela Companhia em fevereiro de 2014, com o objetivo de usar a inteligência desta empresa para fortalecer sua oferta de Service Desk. A Companhia não possui influência significativa na gestão da referida empresa e em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor justo do referido instrumento é muito próximo do seu valor contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

iii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Estoques de serviços

Os estoques de serviços são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m) Transações envolvendo pagamento em ações

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em despesas de pessoal e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis.

n) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. O ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 é tratado como ativo da controlada no exterior e convertido na data do fechamento.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

p) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Arrendamentos mercantis--Continuação

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

q) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 47 / IFRS 15 Receitas de contratos com clientes - A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 a IFRS 15 - Receita de contrato com clientes. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco passos, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um preço que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens e direitos. A Companhia realizou uma avaliação dos efeitos desse pronunciamento, tendo por base a natureza de seu negócio e dos seus contratos com clientes, para os principais fluxos de receita da Companhia. Dessa forma, no que diz respeito aos efeitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, a Companhia tem identificado sua carteira de clientes ativos, bem como as demandas e exigências a serem cumpridas em cada contrato. A Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na adoção dessa norma.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A Companhia adotou a partir de 1º. de janeiro de 2018 a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de hedge. As principais mudanças estão descritas a seguir:

Reconhecimento e mensuração - De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - A IFRS 9 propõe a adoção de um modelo prospectivo de perdas esperadas em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

Alterações no CPC 18 (R2) para esclarecimento de que a mensuração de empresas investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que é efetuada por investimento – As alterações esclarecem que uma entidade que seja uma organização de capital de risco, ou outra entidade qualificada, pode escolher, no reconhecimento inicial em base de investimento por investimento, mensurar os seus investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

s) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- s) Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018
--Continuação

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Durante 2018, o Grupo efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de imobilizado (ativos de direito de uso) no montante aproximado de R\$ 6.803. A companhia efetuará a contabilização pelo método retrospectivo modificando calculando o valor presente na data de 1º de janeiro de 2019.

ICPC 22 / IFRIC 23 - "Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro" - Esta Interpretação, que tem por base a IFRIC 23, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A vigência desta interpretação é para o exercício iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	4	6	4	6
Bancos conta movimento	2.483	1.974	8.416	6.400
Aplicações financeiras de curto prazo	59.763	31.984	59.763	31.984
	62.250	33.964	68.183	38.390

Correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,0% a 100,0%. As aplicações automáticas de saldos de conta corrente também são remuneradas ao percentual de 50% da variação do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota nº 25.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a receber	32.369	28.640	38.428	31.934
Valores a faturar (i)	36.335	23.802	36.335	23.802
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(391)	(391)	(391)	(391)
	68.313	52.051	74.372	55.345

(i) O valor referente a "Valores a faturar" corresponde a serviços que já haviam sido prestados até 31 de dezembro de 2018 e 2017, mas que ainda não haviam sido faturados no encerramento dos respectivos exercícios.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia, esta perda esperada considera o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados.

6. Contas a receber--Continuação

Não houve movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os saldos de duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	27.957	24.685	34.016	27.979
Vencidos até 30 dias	3.955	3.408	3.955	3.408
Vencidos de 31 a 180 dias	64	154	64	154
Vencidos há mais de 180 dias	393	393	393	393
	32.369	28.640	38.428	31.934

7. Estoques de serviços em andamento

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se a gastos iniciais com aquisição de serviços de suporte técnico da IBM, destinados à revenda. Estes gastos são incorridos a medida em que são firmados os contratos de venda dos referidos serviços e, portanto, não há risco deste ativo não se realizar. Com base nos contratos vigentes, uma parcela deste estoque se realizará nos 12 meses após o encerramento dos referidos exercícios (R\$2.551 e R\$4.246 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente), e o saldo remanescente (R\$1.380 e R\$630 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente) após os 12 meses, classificado como ativo não circulante.

8. Impostos a recuperar e diferidos

a) Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo negativo de IR e CS (i)	3.511	10.511
INSS a Compensar	202	941
PIS/COFINS a compensar	387	-
Outros impostos a compensar	241	239
	4.341	11.691

8. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

a) Impostos a recuperar--Continuação

- (i) Refere-se às retenções de tributos sobre aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros, que serão compensados com futuros débitos fiscais de mesma natureza.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis, e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Prejuízo fiscal	-	2.261
Depreciação fiscal	207	975
Provisão para pagamentos	1.217	652
Provisão trabalhista	520	331
Provisão para devedores duvidosos	133	133
Arrendamento mercantil	(13)	8
Outras provisões	103	97
	2.167	4.457

A Companhia consumiu a totalidade do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa.

9. Outros valores a receber

Em 1º de dezembro de 2018, a Companhia assinou um Instrumento Particular, com a iU APP Ltda. ("iU APP"), no valor total de R\$ 790. O desembolso ocorrerá em 3 parcelas, sendo a primeira disponibilizada em 28 de dezembro de 2018 e as demais serão realizadas em 1º de março e 1º de junho de 2019.

O valor do mútuo deverá ser acrescido de juros de 12% a.a., tendo seu vencimento em 48 meses contados da data da disponibilização da primeira parcela do mútuo à iU APP.

9. Outros valores a receber--Continuação

A iU APP é uma empresa com modelo inovador, que explora uma plataforma digital de pagamentos em tempo real, a qual permite a realização de transferências entre os seus usuários. A Companhia possui o direito, após a disponibilização das três parcelas, de converter o valor total em participação societária na iU APP, correspondendo a 15% do seu capital social total, sendo que essa porcentagem pode ser aumentada em até 7% caso a Companhia atinja os objetivos previstos no contrato firmado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado do saldo, era de R\$ 266, classificado no ativo não circulante.

10. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e profissionais-chaves da Administração.

As transações com partes relacionadas estão representadas como segue:

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Think Internacional	320	154	-	-
BNDES	550	104	550	104
	870	258	550	104

O saldo de contas a receber da controlada Think International refere-se à prestação de serviços efetuados pela Companhia para essa controlada e possui prazo médio de recebimento de 30 dias. O saldo é denominado em dólares norte-americanos e está sujeito à variação cambial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é controlador da BNDESPAR Participações S.A., que detém 23% de participação na Companhia. O saldo a receber do BNDES refere-se à prestação de serviços de informática.

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Empréstimos

Os empréstimos a pagar com partes relacionadas estão representadas como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Taxa efetiva	Vencimento	2018	2017
BNDES	TJLP +1,5% a.a.	Ago-2019	1.238	3.076
BNDES	TJLP +1,7% a.a.	Ago-2021	13.146	17.961
(-) Custo de transação			(352)	-
Circulante			6.008	6.818
Não circulante			8.024	14.219

Os empréstimos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2018	2017	2018	2017
Até um ano	6.008	6.818	6.648	8.099
Acima de um ano e até dois anos	4.869	6.109	5.208	7.028
Acima de dois anos e até cinco anos	3.155	8.110	3.224	8.852
	14.032	21.037	15.080	23.979

A movimentação dos empréstimos da Companhia está apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	21.037	16.713
Ingressos	-	7.433
Custo de transação	(441)	-
Encargos	1.537	1.656
Amortização de principal	(6.299)	(3.285)
Pagamentos de juros	(1.802)	(1.480)
Saldo final	14.032	21.037

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES são destinados a investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização e em sistemas administrativos e gerenciais no âmbito do Programa Prosoft, e não possuem cláusulas restritivas (*Covenants*).

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Empréstimos--Continuação

Em 17 de julho de 2015, foi firmado um contrato entre a Companhia e o BNDES relativo à aprovação de um crédito no valor de R\$18.790. Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia contratou Carta Fiança junto ao Banco Bradesco, necessária à liberação do referido recurso. Esta fiança possui um custo de 2,5% ao ano referente à taxa de comissão, e requer da Companhia uma garantia real de 30% do valor do crédito, através de aplicação financeira em papéis de operações compromissadas lastreadas em debêntures. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 este depósito vinculado totaliza R\$4.696 e R\$6.245, respectivamente.

c) Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a receita com prestação de serviços para essas partes relacionadas foi a seguinte:

Receita de serviços	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
BNDES	7.417	5.390	7.417	5.390
Think Internacional	3.490	2.133	-	-
	10.907	7.523	7.417	5.390

d) Honorários da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$ 3.196 e R\$ 2.883, respectivamente.

11. Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

a) Detalhes sobre controladas

Nome da Controlada	Tipo	Investimento da Companhia		Atividades investidas	Constituição e operação
		2018	2017		
BRQ IT Services, Inc.	Direto	100%	100%	Holding Soluções em informática	Estados Unidos
Think International, LLC	Indireto	80%	80%		Estados Unidos

11. Investimentos--Continuação

b) Informações das controladas

Controladas	Patrimônio líquido		Participação (%)	Resultado do exercício		Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	Controladores	Não controladores		Controladores	Não controladores	2018	2017	2018	2017
BRQ IT Services, Inc.	12.921	610	100%	1.613	619	12.921	9.518	1.613	340

c) Movimentação dos investimentos

	BRQ IT Services, Inc.	Outros Investimentos	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2016	9.023	-	9.023
Resultado de equivalência patrimonial	340	-	340
Variação cambial sobre investimento no exterior	155	-	155
Investimentos em 31 de dezembro de 2017	9.518	-	9.518
Resultado de equivalência patrimonial	1.613	-	1.613
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.790	-	1.790
Reclassificação do ativo disponível para venda	-	400	400
Investimentos em 31 de dezembro de 2018	12.921	400	13.321

d) Outros investimentos

Em fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu 8,16% da XACT Tecnologia ("XACT") por R\$ 400, com o objetivo de usar a inteligência da XACT para fortalecer sua oferta de Service Desk. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração considerou que a alienação desse investimento em até um ano não mais lhe qualifica como altamente provável, e desta forma, adotou o tratamento contábil adequado, reclassificando o saldo total para rubrica de investimentos.

A Companhia não possui influência significativa na XACT, portanto, não realiza a contabilização da equivalência patrimonial e avalia seu valor justo a cada fechamento de exercício. Em 31 de dezembro de 2018, não foi identificado variações significativas entre o valor contábil e seu valor justo.

12. Imobilizado

	Controladora					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos
						Benfeitorias em imóvel de terceiros
						Total
Em 01 de janeiro de 2017						
Saldo inicial	3.935	81	636	1.149	1.096	254
Aquisições	164	28	-	1.093	-	-
Baixas do custo	(355)	-	(14)	(317)	(1.395)	(132)
Baixas da depreciação	171	-	9	313	1.315	97
Transferência	3	(3)	-	-	-	-
Depreciação	(559)	(9)	(129)	(714)	(194)	(101)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	7.069	138	1.404	18.242	1.206	481
Depreciação acumulada	(3.710)	(41)	(902)	(16.718)	(384)	(363)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118
Em 01 de janeiro de 2018						
Saldo inicial	3.359	97	502	1.524	822	118
Aquisições	284	-	2	2.655	-	-
Baixas do custo	(703)	-	(62)	(699)	(100)	-
Baixas da depreciação	395	-	57	682	97	-
Depreciação	(533)	(9)	(126)	(1.020)	(70)	(73)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	3.142	749	45
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	6.650	138	1.344	20.198	1.106	481
Depreciação acumulada	(3.848)	(50)	(971)	(17.056)	(357)	(436)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	3.142	749	45
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos
						Benfeitorias em imóvel de terceiros
						Total
Em 01 de janeiro de 2017						
Saldo inicial	3.935	81	636	1.149	1.096	254
Aquisições	164	28	-	1.093	-	-
Baixas do custo	(355)	-	(14)	(317)	(1.395)	(132)
Baixas da depreciação	171	-	9	313	1.315	97
Transferência	3	(3)	-	-	-	-
Depreciação / amortização	(559)	(9)	(129)	(714)	(194)	(101)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	7.069	138	1.404	18.342	1.206	481
Depreciação acumulada	(3.710)	(41)	(902)	(16.818)	(384)	(363)
Saldo contábil, líquido	3.359	97	502	1.524	822	118
Em 01 de janeiro de 2018						
Saldo inicial	3.359	97	502	1.524	822	118
Aquisições	284	-	2	2.655	-	-
Baixas do custo	(703)	-	(62)	(699)	(100)	-
Baixas da depreciação	395	-	57	682	97	-
Depreciação / amortização	(533)	(9)	(126)	(1.020)	(70)	(73)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	3.142	749	45
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	6.650	138	1.344	20.298	1.106	481
Depreciação acumulada	(3.848)	(50)	(971)	(17.156)	(357)	(436)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	3.142	749	45
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5

12. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável e ativos em estado ocioso. A Companhia não possui ativos com titularidade restrita ou oferecidos como garantia de obrigações.

Existem ativos líquidos de depreciação no montante de R\$2.053 (R\$830 em 31 de dezembro de 2017) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota 15).

13. Intangível

	Controladora			
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Total
Em 01 de janeiro de 2017				
Saldo inicial	891	2.654	2	3.547
Adição	556	138	-	694
Transferências	(1.072)	1.072	-	-
Amortização	-	(1.822)	-	(1.822)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	2.419
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	375	10.557	2	10.934
Amortização acumulada	-	(8.515)	-	(8.515)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	2.419
Em 01 de janeiro de 2018				
Saldo inicial	375	2.042	2	2.419
Adição	480	51	-	531
Transferências	(491)	491	-	-
Amortização	-	(1.470)	-	(1.470)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	1.480
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	364	11.099	2	11.465
Amortização acumulada	-	(9.985)	-	(9.985)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	1.480
Taxas anuais de amortização (%)		33,3		

13. Intangível--Continuação

	Consolidado				
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros
Em 01 de janeiro de 2017					
Saldo inicial	891	2.654	2	3.947	51
Adição	556	138	-	-	-
Transferências	(1.072)	1.072	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	60	-
Amortização	-	(1.822)	-	-	(9)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	4.007	42
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	375	10.557	2	2.852	73
Variação cambial acumulada	-	-	-	1.846	10
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-
Amortização acumulada	-	(8.515)	-	-	(41)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	2	4.007	42
Em 01 de janeiro de 2018					
Saldo inicial	375	2.042	2	4.007	42
Adição	480	51	-	-	-
Transferências	(491)	491	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	693	-
Amortização	-	(1.470)	-	-	(10)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	4.700	32
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	364	11.099	2	2.852	73
Variação cambial acumulada	-	-	-	2.539	10
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-
Amortização acumulada	-	(9.985)	-	-	(51)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	4.700	32
Taxas anuais de amortização (%)		33,3			13,3

(*) Refere-se ao ágio pago pela aquisição de 80% da ThinkInternational, LLC pela BRQ IT Services, Inc., no valor total de US\$2.400.

Em 31 de dezembro de 2018, as iniciativas de desenvolvimento de software concentram-se em uma solução voltada para a melhoria na gestão dos processos internos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Itaú	2,43% a.a + 100% CDI	15.016	-	15.016	-
(-) Custo de transação		(250)	-	(250)	-
Santander	Labor + 2,25% a.a	-	-	1.124	959
		14.766	-	15.890	959
Circulante		5.549	-	6.673	959
Não circulante		9.217	-	9.217	-

- (i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

O recurso obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$ 15.000 terá pagamento mensal de juros e principal após três meses de carência, com vencimento da primeira parcela em 7 de fevereiro de 2019. O recurso obtivo tem como finalidade capital de giro.

A movimentação do empréstimo está demonstrada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	-	-	959	1.141
Ingressos	15.000	-	15.000	-
Custo de captação	(253)	-	(253)	-
Encargos	19	-	65	34
Variação cambial	-	-	165	16
Amortizações e pagamentos de juros	-	-	(46)	(232)
Saldo final	14.766	-	15.890	959

Os empréstimos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal		Valor contábil		Valor nominal	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Até um ano	5.549	-	6.714	-	6.673	959	7.884	1.005
Acima de um ano e até dois anos	8.503	-	9.015	-	8.503	-	9.015	-
Acima de dois anos e até cinco anos	714	-	720	-	714	-	720	-
	14.766	-	16.449	-	15.890	959	17.619	1.005

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas financeiras restritivas (Covenants).

15. Financiamentos por arrendamento mercantil

	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado		Itens
		2018	2017	
Santander Leasing S.A.	1,07 % a 1,22% a.m.	1.066	604	Equip. informática
Bradesco Leasing S.A.	1,17% a.m.	969	-	Equip. informática
		2.035	604	
Circulante		826	275	
Não circulante		1.209	329	

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2018	2017	2018	2017
Até um ano	826	275	944	338
Acima de um ano e até dois anos	752	200	854	243
Acima de dois anos e até cinco anos	457	129	508	153
	2.035	604	2.306	734

A movimentação dos financiamentos por arrendamento mercantil da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	604	871
Ingressos	1.883	606
Encargos	85	86
Amortização de principal	(452)	(847)
Pagamentos de juros	(85)	(112)
Saldo final	2.035	604

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui ativos, líquidos de depreciação e amortização, no montante de R\$2.053 (R\$1.128 em 31 de dezembro de 2017) obtidos por meio de contratos de arrendamentos mercantis financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abaixo descritos estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia (valor residual no encerramento do exercício):

15. Financiamentos por arrendamento mercantil--Continuação

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Equipamentos de informática	2.021	736
Software	-	298
Veículos	32	94
	2.053	1.128

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
IRRF a recolher	3.306	2.666
Programa especial de regularização tributária - PERT	-	1.359
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	1.351	1.097
ISS a recolher	1.135	852
Outros impostos e contribuições a recolher	24	11
	5.816	5.985

17. Despesa com imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro antes da apuração do Imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	34.981	2.002
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	11.894	681
Benefício fiscal - Lei do Bem	-	(821)
Adições / (exclusões) permanentes	(316)	254
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(30)	(48)
Diferença adicional de 10% de imposto de renda	24	24
Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva	11.572	90
Corrente	9.282	414
Diferido	2.290	497
Benefício Fiscal - Lei do Bem		(821)
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	11.572	90
Alíquota efetiva	33%	4%

17. Despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

A controlada direta BRQ IT Services Inc. e a controlada indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas a tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade é passada para a BRQ IT Services Inc., que está sujeita a tributação do município de Nova York.

18. Provisão para contingências

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Trabalhistas	1.530	972

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldos no início do período	972	567
Constituição	2.820	454
Reversão de provisão	(2.262)	(49)
Saldos no final do período	1.530	972

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. Os valores envolvidos nessas ações são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Tributárias (a)	102.821	110.124
Trabalhistas (b)	6.062	5.911
	108.883	116.035

18. Provisão para contingências--Continuação

(a) Tributárias

a.1) Recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (Programa de Participação nos Resultados)

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$42.978 (R\$54.505 em 31 de dezembro de 2017).

a.2) Auto de infração - Recolhimento de ISS

Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$ 58.618 (R\$54.396 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Trabalhistas

A Companhia mantém provisão para determinados processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o valor total de R\$ 6.062 em 31 de dezembro de 2018 são de perda possível (R\$5.832 em 31 de dezembro de 2017).

19. Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Faturamento antecipado (i)	10.965	13.316
Comissões antecipadas (ii)	2.000	487
	12.965	13.803
Circulante	11.365	13.766
Não circulante	1.600	37

(i) O montante registrado em "Faturamento antecipado" refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício; à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica

(ii) Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu o valor de R\$2.000 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operações bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente 1/60 do montante total.

20. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social autorizado é de 141.163.000 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$54.849 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

a) *Em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Acionistas	2018		2017	
	Ações nominativas	% participação	Ações nominativas	% participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	72,67%	94.999.905	72,67%
BNDESPAR Participações S.A.	29.870.100	22,85%	29.870.100	22,85%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,82%	4.999.995	3,82%
Aquisição por funcionários	87.439	0,07%	87.439	0,07%
	129.957.439	99,41%	129.957.439	99,41%
Ações em tesouraria	767.259	0,59%	767.259	0,59%
Total	130.724.698	100,00%	130.724.698	100,00%

Cada ação ordinária isoladamente, dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Ações em tesouraria

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de 767.259 ações ordinárias, no valor de R\$1.083, em função do desligamento de executivos que exerceram suas opções de compra. Estas ações permanecerão em tesouraria e poderão, no futuro, ser entregues a outros beneficiários do plano de opção de ações.

AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em dezembro de 2018, funcionários da Companhia assinaram o termo de intenções para exercerem seus direitos de subscrição sobre as ações destinadas aos seus planos de opções. Ainda no mês de dezembro realizaram o pagamento referente as ações que tinham direito naquela data, porém, a subscrição só ocorrerá após a emissão do boletim de subscrição, que ocorrerá após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, portanto, o valor de R\$339 foi registrado nesta data, como adiantamento para futuro aumento de capital.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída, de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender às necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social.

Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social.

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$4.448, estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária e, portanto, não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2018.

Ajustes acumulados de conversão

Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, a variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão.

Plano de opção de compra de ações

O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do Plano.

20. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

No dia 02 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções, que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia. Em 29 de abril de 2015, em função da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, foi deliberado, através de ata de AGE, a alteração do regulamento do plano que passou a figurar como "Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias".

O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Período de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	<u>9.380.862</u>				

20. Patrimônio líquido--Continuação

Plano de opção de compra de ações--Continuação

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passarem a ser negociadas em bolsa. Antes disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial, apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida e tem dever de venda conjunta (*drag along*) neste caso a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a emissão de 728.129 ações ordinárias, no valor de R\$393. No exercício corrente, não houve emissão de novas ações.

Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do "Plano", calculado na data da outorga, registrado durante o exercício de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer), com base nas premissas utilizadas, totalizam aproximadamente R\$106.

21. Receitas líquidas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e serviços prestados	368.281	325.764	396.724	343.321
Impostos sobre vendas	(39.009)	(34.694)	(39.009)	(34.694)
Receita líquida	329.272	291.070	357.715	308.627

22. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Com pessoal	(229.764)	(225.000)	(242.450)	(232.772)
Com licenças e serviços de suporte técnico	(6.533)	(7.487)	(6.533)	(7.487)
Com terceiros	(2.376)	(2.243)	(8.721)	(7.314)
Com importação	(2.282)	(575)	(2.282)	(575)
Depreciação e amortização	(548)	(356)	(548)	(356)
Outros	(1.402)	(701)	(1.402)	(701)
	(242.905)	(236.362)	(261.936)	(249.205)

23. Despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Com pessoal	(37.876)	(34.094)	(42.222)	(36.858)
Serviços com terceiros	(5.175)	(5.696)	(5.972)	(6.000)
Alugueis e condomínios	(3.222)	(4.078)	(3.357)	(4.193)
Depreciação e amortização	(3.498)	(4.152)	(3.508)	(4.161)
Comunicações	(449)	(1.456)	(449)	(1.456)
Energia elétrica	(607)	(677)	(607)	(677)
Outras despesas administrativas	(2.186)	(1.471)	(3.356)	(2.238)
Despesas administrativas	(53.013)	(51.624)	(59.471)	(55.583)
Impostos e taxas	(577)	(1.489)	(1.236)	(1.680)
Contribuições sindicais/associação classe	(283)	(244)	(283)	(244)
IPTU	(144)	(179)	(144)	(179)
Despesas tributárias	(1.004)	(1.912)	(1.663)	(2.103)
Resultado na venda de imobilizado	(275)	(200)	(275)	(200)
Outras receitas (despesas) operacionais	524	319	524	319
Outras receitas (despesas) operacionais	249	119	249	119
Total	(53.768)	(53.417)	(60.885)	(57.567)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita sobre aplicações financeiras	1.893	1.745	1.893	1.745
Juros e atualização monetária	915	1.734	915	1.734
Outras receitas financeiras	83	89	83	89
Receitas financeiras	2.891	3.568	2.891	3.568
Juros	(1.735)	(2.695)	(1.781)	(2.729)
IOF	(35)	(163)	(35)	(163)
Despesas bancárias	(160)	(180)	(177)	(194)
Outras despesas financeiras	(192)	(159)	(192)	(159)
Despesas financeiras	(2.122)	(3.197)	(2.185)	(3.245)
Resultado financeiro	769	371	706	323

25. Instrumentos financeiros

25.1 Instrumentos financeiros

25.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

25.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.1 Instrumentos financeiros--Continuação

25.1.2 Hierarquia do valor justo--Continuação

Nível 2	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	59.764	31.984
	59.764	31.984

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

25.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, e/ou avaliadas por agências de *rating* (avaliadas com baixo risco), utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

b) Risco de liquidez

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos (vide Notas nº 5 e 9) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP, para os empréstimos com partes relacionadas, junto ao BNDES e CDI para empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos 3 cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos ("DEPEC") do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI e TJPL para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita e despesa financeira bruta" não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Controladora e Consolidado							
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2018	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	59.763	2.811	3.373	4.216	5.270	6.324
Impacto líquido			2.811	3.373	4.216	5.270	6.324
Empréstimos – Partes relacionadas	TJLP	14.032	(615)	(738)	(923)	(1.153)	(1.384)
Empréstimos e financiamentos	CDI	14.766	(694)	(833)	(1.042)	(1.302)	(1.563)
Impacto líquido			(1.309)	(1.572)	(1.964)	(2.455)	(2.946)
Taxas consideradas	CDI		4,70%	5,64%	7,05%	8,82%	10,58%
Taxas consideradas	TJLP		4,38%	5,26%	6,57%	8,22%	9,86%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

26. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

26. Resultado por ação--Continuação

O quadro abaixo demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do resultado por ação diluído.

	Controladora	
	2018	2017
Básico e diluído		
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	23.409	1.912
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	23.409	1.912
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	130.725	130.725
Lucro básico e diluído por ação		
Ações ordinárias (R\$)	0,1791	0,0146

27. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Em 31 de dezembro de 2018, o segmento operacional “desenvolvimento de aplicações e integrações” representa 96% da receita líquida (89% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017) e, por esse motivo, a Companhia passou a organizar-se em um único segmento operacional.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$2.500 - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia, bem como seus funcionários, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes dos serviços prestados em locais de terceiros.

28. Cobertura de seguros--Continuação

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$10.000 - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração ou de qualquer outro órgão regulador competente.

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$19.457 - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos e riscos comerciais relativos aos escritórios da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

29. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aquisição de equipamentos de informática - Leasing	1.883	606	1.883	606
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.787	155	-	-

30. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

		Controladora						
	Em 1o de janeiro de 2017	Adições	Custo de transação pago	Principal pago	juros pagos	Juros provisionados	Varição cambial	Em 31 de dezembro de 2017
Circulante								
Arrendamento mercantil	771	606	-	(847)	(112)	86	-	275
Empréstimos partes relacionadas	2.945	7.433	-	(3.285)	(1.480)	1.656	-	6.818
Não Circulante								
Empréstimos partes relacionadas	100	-	-	-	-	-	-	329
Empréstimos partes relacionadas	13.768	-	-	-	-	-	-	14.219
Total	17.584	8.039	-	(4.132)	(1.592)	1.742	-	21.641
	Em 1o de janeiro de 2017	Novos empréstimos	Custo de transação pago	Principal pago	juros pagos	Juros provisionados	Varição cambial	Em 31 de dezembro de 2017
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	1.141	-	-	(198)	(34)	34	16	959
Arrendamento mercantil	771	606	-	(847)	(112)	86	-	275
Empréstimos partes relacionadas	2.945	7.433	-	(3.285)	(1.480)	1.656	-	6.818
Não Circulante								
Arrendamento mercantil	100	-	-	-	-	-	-	329
Empréstimos partes relacionadas	13.768	-	-	-	-	-	-	14.219
Total	18.725	8.039	-	(4.330)	(1.626)	1.776	16	22.600

30. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento--Continuação

Controladora									
	Em 1o de janeiro de 2018	Novos empréstimos	Custo de transação pago	Principal pago	juros pagos	Juros provisionados	Varição cambial	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Circulante									
Empréstimos e financiamentos	-	15.000	(253)	-	-	19	-	(9.217)	5.549
Arrendamento mercantil	275	1.883	-	(452)	(85)	85	-	(880)	826
Empréstimos partes relacionadas	6.818	-	(441)	(6.299)	(1.802)	1.537	-	6.195	6.008
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	9.217	9.217
Arrendamento mercantil	329	-	-	-	-	-	-	880	1.209
Empréstimos partes relacionadas	14.219	-	-	-	-	-	-	(6.195)	8.024
Total	21.641	16.883	(694)	(6.751)	(1.887)	1.641	-	-	30.833

Consolidado									
	Em 1o de janeiro de 2018	Novos empréstimos	Custo de transação pago	Principal pago	juros pagos	Juros provisionados	Varição cambial	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2018
Circulante									
Empréstimos e financiamentos	959	15.000	(253)	-	(46)	65	165	(9.217)	6.673
Arrendamento mercantil	275	1.883	-	(452)	(85)	85	-	(880)	826
Empréstimos partes relacionadas	6.818	-	(441)	(6.299)	(1.802)	1.537	-	6.195	6.008
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	9.217	9.217
Arrendamento mercantil	329	-	-	-	-	-	-	880	1.209
Empréstimos partes relacionadas	14.219	-	-	-	-	-	-	(6.195)	8.024
Total	22.600	16.883	(694)	(6.751)	(1.933)	1.687	165	-	31.957

* Segregação entre circulante e não circulante.

31. Evento subsequentes

Em 21 de janeiro de 2019 os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária a proposta da Administração de distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais), pagos no dia 31 de janeiro de 2019.